## Ata nº. 8 – Sessão ordinária de 27/12/2013

---------Aos vinte e sete dias do mês de dezembro do ano de dois mil e treze, na sala das sessões da Junta de Freguesia de Sobral da Adiça, realizou-se a quarta reunião ordinária da Assembleia de Freguesia, com a seguinte ordem de trabalhos:----------
---------**1 - Atividades da Junta**;----------
---------**2 - Apreciação e aprovação do Regimento da Assembleia de Freguesia para o quadriénio de 2014-2017**;----------
---------**3 - Apreciação e aprovação do Orçamento para o ano de 2014**;--
---------**4 - Apreciação e aprovação das Grandes Opções do Plano para o ano de 2014**;----------
---------**5 - Apreciação e aprovação do Plano Plurianual de Investimentos para 2014-2017**;----------
---------**6 - Mapa de Pessoal para o ano de 2014**;----------
---------**7 - Apreciação e aprovação para a inscrição na ANAFRE**;--------
---------**8 – Toponímia**.----------
---------Estiveram presentes: Maria do Rosário Batarda Menor Rita (Presidente – CDU), Ana Maria Guerreiro Soares Pinto (1.ª Secretária - CDU), Manuel António Fraústo Verdades (2.º Secretário - CDU), Maria João Mendes Galamba (CDU), João António Ramos Diniz (PS), Francisco Augusto Mestre Martins (PS) em substituição de José Carrasco Camacho (PS) e Joaquim António Gomes Valério (PS) em substituição de Lurdes Maria Ribeiro Lampreia (PS).----------
---------Não se verificou a falta de nenhum dos elementos.----------
---------**PRESENÇA DOS ELEITOS DA JUNTA DE FREGUESIA**------
----------Em cumprimento do disposto no art.º 19.º do Regimento da Assembleia de Freguesia, estiveram presentes na sessão o senhor Presidente da Junta, Bruno Miguel Valente Monteiro e a senhora Secretária, Cristina José Garcias Valente.----------
---------**ABERTURA OFICIAL DA SESSÃO** – Após verificar a existência de quórum, a senhora Presidente da Assembleia declarou aberta a sessão, eram vinte e uma horas e trinta e seis minutos.----------
---------**EXPEDIENTE DA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA** – Foi presente um pedido de substituição nesta reunião, por razões de ordem pessoal, enviado pelo senhor José Carrasco Camacho.----------
---------**APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA ATA N.º 5 DE 26/09/2013**----
---------Não se verificando intervenções, a senhora Presidente da Assembleia pôs a ata a votação.----------
---------VOTOS A FAVOR – SETE.----------
---------VOTOS CONTRA – ZERO.----------
---------ABSTENÇÕES – ZERO.----------

---------DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR A ATA NÚMERO 5, REFERENTE À SESSÃO DE 26/09/2013.----------
---------**APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA ATA N.º 7 DE 22/11/2013**----
---------Como ninguém quis usar da palavra, a senhora Presidente da Assembleia pôs a ata a votação.----------
---------VOTOS A FAVOR – SETE.----------
---------VOTOS CONTRA – ZERO.----------
---------ABSTENÇÕES – ZERO.----------
---------DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR A ATA NÚMERO 7, REFERENTE À SESSÃO DE 22/11/2013.----------
---------**PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA**----------
---------A senhora Presidente da Assembleia passou a palavra ao senhor Presidente da Junta, o qual começou por cumprimentar a senhora Presidente, a todos os membros e ao público, dizendo que em primeiro lugar queria convidar todos os membros da Assembleia para os almoços das batidas aos javalis e veados de 4 e 11 de janeiro e informou que pretendia esclarecer uma situação verificada com uma ex-funcionária: D. Ana Maria Carrasco Bolinhas Camacho, que não possuía qualquer vínculo à Junta de Freguesia, referiu que quando o novo Executivo tomou posse e foi verificar os contratos e avaliações de cada funcionário, deparou com essa situação, marcou uma reunião com a senhora tendo esta comparecido, foi-lhe perguntado qual era a sua situação contratual relativamente à Junta de Freguesia, ao que ela respondeu que desconhecia, só sabia que havia dezanove anos que se encontrava ao serviço da Junta, desconhecendo qual o vínculo que a ligava a esta Autarquia. O Executivo ficou de tomar uma posição para o que consultou pessoas da área jurídica dos recursos humanos, para tentar perceber o que poderia ser feito de forma a tentar resolver a situação de forma que nem a D. Ana Maria ficasse prejudicada nem a Junta de Freguesia, tendo-lhe sido comunicado tanto pelos técnicos de recursos humanos, assim como pelos técnicos da área jurídica que a Junta estava a incorrer numa ação gravíssima, uma vez que não tendo qualquer vínculo com a Junta tinha-o com outra entidade pública, não se encontrando ainda por cima a ser avaliada no que tocava ao trabalho que prestava para a Junta, não passando qualquer tipo de recibo a esta, não existia qualquer tipo de contrato e posto isto, o Executivo da Junta de Freguesia poderia vir a ser bastante lesado a manter-se a situação. Foi marcada uma outra reunião com a senhora em causa para lhe tentar explicar esta situação e também para lhe ser explicado que as fechaduras da Junta de Freguesia iriam ser trocadas, não tendo ela comparecido à reunião e pedindo para a Juta deixar o recado com a funcionária, D. Andrea, não tendo facultado qualquer tipo de contacto. O único contacto que existia era o do seu esposo, senhor José Camacho, tendo então a Junta de Freguesia decidido proceder de acordo com aquilo que lhe foi transmitido pelos

técnicos de recursos humanos e advogados, que consistiu no envio de uma carta dispensando os seus serviços uma vez que se estava a incorrer numa contra ordenação muito grave devido à inexistência de qualquer tipo de contrato.----------

---------O senhor João Diniz começou por dizer que uma vez que o Presidente da Junta nos anteriores oito anos tinha sido ele, assumia tudo o que tinha feito enquanto Presidente da Junta, que não se envergonha de nada daquilo que fez enquanto exerceu esse cargo, antes pelo contrário, que situação da D. Ana Maria não seria a mais regular, pois encontrava-se ao serviço da Junta desde há 19 anos, tendo desde sempre descontado para a Segurança Social mas disse aceitar que não existia um contrato, assim como também não teve a preocupação de ir verificar quando assumiu o cargo de Presidente da Junta, quais eram os funcionários que não possuíam contrato, existia um quadro de pessoal e também os outros funcionários não tinham um contrato, ou julgava ele que não tivessem que ter um contrato porque ele tal como eles é funcionário público e também não tem qualquer contrato, no entanto disse que tudo bem, são questões legais que o ultrapassam e com as quais não teve uma preocupação especial em relação a eles enquanto cá esteve. Relativamente à forma como a Junta conduziu o processo e de como a D. Ana Maria respondeu às solicitações disse serem coisas que o ultrapassam e que não quer de forma nenhuma tecer considerações em relação a isso, nem imiscuir-se neste momento em assuntos da competência da Junta de Freguesia à qual não pertence, ainda disse que não sabe se não deveria ter havido um outro cuidado de forma pois parece-lhe ter havido algumas fricções devido ao que disse ter ouvido por foram mas que era apenas o que tinha a dizer relativamente a este assunto.----------

---------O senhor Presidente da Junta propôs que se acrescentasse à ordem de trabalhos o ponto: "Apreciação e Votação do Regulamento e Tabela Geral de Taxas da Freguesia de Sobral da Adiça".----------

---------**9 - Apreciação e Votação do Regulamento e Tabela Geral de Taxas da Freguesia de Sobral da Adiça**----------

---------A senhora Presidente da Assembleia perguntou se alguém tinha alguma coisa a dizer relativamente à introdução na Ordem de Trabalhos, do ponto supra mencionado e como isso não aconteceu colocou a referida proposta a votação.----------

---------VOTOS A FAVOR – SETE.----------

---------VOTOS CONTRA – ZERO.----------

---------ABSTENÇÕES – ZERO.----------

---------DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR A INTRODUÇÃO DO PONTO 9 – APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DO REGULAMENTO E TABELA GERAL DE TAXAS DA FREGUESIA DE SOBRAL DA ADIÇA, NA ORDEM DE TRABALHOS.----------

---------**PERÍODO DA ORDEM DO DIA**----------
---------**1 -Atividades da Junta**----------
---------A senhora Presidente da Assembleia perguntou se alguém tinha alguma coisa a dizer, tendo o senhor João Diniz pedido para intervir, começando por referir que queria tentar esclarecer uma situação e que para tal tinha na sua frente a ata da última Assembleia e a intervenção do senhor Presidente da Junta onde diz que tinha sido completamente falso que tivesse ficado adjudicada a obra da Estrada 255-1, à data de 5 de maio de 2012, referindo que lhe parece existir uma contradição entre o que disse nessa altura o senhor Presidente da Junta e aquilo que disse o senhor Presidente da Câmara alguns meses antes, e, que tinha na sua frente atas da Assembleia Municipal de Moura, uma de 30 de abril de 2013, em que na Assembleia Municipal, ele, na qualidade de Presidente da Junta de Freguesia colocou algumas questões à Câmara, designadamente em relação à construção da ponte sobre a Estrada Nacional 385. Lembra que a última informação que teve sobre este assunto é que as obras iriam arrancar no mês de fevereiro. Acerca da Estrada Nacional 255-1 sobre o troço que liga Moura ao Sobral da Adiça, questionou a Câmara se esta teria tomado alguma iniciativa para pressionar o Instituto de Estradas de Portugal, no sentido de realizar as obras necessárias há vários anos e que eram para ter sido realizadas já há algum tempo, lembrando que aquela estrada se encontra cada vez mais nas piores condições, tendo o senhor Presidente da Câmara respondido que quanto às questões colocadas pelo Presidente da Junta de Sobral da Adiça, não houve nenhuma alteração ao que estava previsto nesse dia, 30 de abril de 2013, terá sido realizada a consignação da obra do Pontão de Sobral da Adiça, juntamente com a obra de um outro Pontão que a empresa de Estradas de Portugal iria fazer entre Pias e Serpa, encontrando-se estas duas obras já concluídas, sendo que o prazo de execução da obra é de 120 dias a contar da consignação, segundo foram informados pela EP, que no mesmo dia os advertiu que estava para breve a consignação da empreitada da Estrada Moura/Sobral da Adiça, que também vai avançar devido à execução do Plano de Proximidade que aquela empresa está a aplicar, e, que no caso concreto desta região envolve três intervenções: a do Pontão, na Estrada Moura/Sobral e na Estrada entre Vila Verde de Ficalho e Safara, isto em abril. Depois em junho, na Assembleia Municipal a questão voltou a ser levantada e a pergunta ao senhor Presidente da Câmara era a seguinte: Porque razão é que a obra da Ribeira da Perna Seca estava a avançar a um ritmo tão lento, se era por falta de cumprimento de alguns compromissos por parte da Câmara ou se era a empresa que tinha dificuldades, tendo a outra questão colocada, a ver com a Estrada 255-1, em que o senhor Presidente da Câmara respondeu que no âmbito das questões colocadas pelo senhor Presidente da Junta de

Freguesia de Sobral da Adiça e a propósito de outras questões que lhe foram postas por aquele eleito na última sessão, o senhor Presidente da Câmara registou com desagrado a aparente ausência de credibilidade por parte dos membros da Assembleia nas informações que presta aos mesmos, que era a mesma que tinha prestado na Assembleia anterior a dizer que as obras da Estrada 255-1 se iriam iniciar brevemente. Como a questão lhe voltou a ser colocada ele registou com desagrado, recordou que constava da ata anterior, que o Presidente da Câmara informou não só toda a Assembleia Municipal, como em particular os Presidentes das Juntas de Freguesia de Santo Agostinho e do Sobral, que a empresa Estradas de Portugal iria iniciar as obras da construção do Pontão de Sobral da Adiça e as obras de requalificação da Estrada que liga Moura ao Sobral da Adiça, resposta esta que aqueles Presidentes de Junta pareceram não fazer caso uma vez que posteriormente tornaram público que tiveram uma reunião com a empresa Estradas de Portugal, que lhes transmitiu que estas obras iriam ter início, quando essa informação já tinha sido prestada anteriormente pelo Presidente da Câmara, ou seja, o Presidente da Câmara disse-lhes naquela altura que a informação que os Presidentes das Juntas tinham recebido do Diretor das Estradas já ele tinha prestado antes, que não fazia sentido terem marcado uma reunião com o Diretor de Estradas do Distrito. A seguir o senhor João Diniz disse que considerou ter havido um mal entendido acerca da informação prestada referente às obras da construção do Pontão e as obras de requalificação da Estrada. Este eleito referiu que na última sessão Assembleia entendeu que o Presidente da Câmara lhes transmitiu que nesse dia tinha sido adjudicada a obra de construção da Ponte mas não lhes deu essa informação relativamente à Estrada 255-1, pois caso contrário não faria sentido que ele e o Presidente da Junta de Freguesia de Santo Agostinho tivessem solicitado uma reunião com o Diretor de Estradas. Nessa reunião foi transmitido aos Presidentes de Junta de Freguesia do Sobral e de Santo Agostinho que a obra da Estrada 255-1 tinha sido adjudicada no dia 5 de maio e que iria ser consignada, salvo erro em julho, não foi consignada em julho, nem em setembro nem em outubro e pelos vistos vai ser consignada em março, agora não é falso que eles Presidentes de Junta tivessem transmitido à população a informação que a empreitada tinha sido adjudicada no dia 5 de maio, e, referiu que a adjudicação é o ato em que a Estradas de Portugal envia um ofício à empresa a informá-la que foi ela que ganhou o concurso e é ela que vai fazer a obra, sendo a consignação diferente e consistindo na assinatura do contrato que a partir daquele dia começa a contar o prazo para a execução da obra, que é de 365 dias, a qual tem sido constantemente adiada uma e outra vez mas que pelos vistos vai ser consignada em março, disse que espera bem que sim e que não é falso aquilo que foi dito antes pela então Junta de Freguesia do Sobral e pela então Junta de Freguesia de

Santo Agostinho, disse ser só esta a nota que queria deixar ao senhor Presidente da Junta e espera que este reconheça que a sua afirmação a dizer que era falso aquilo que eles tinham afirmado não está exatamente correta.----------O senhor Presidente da Junta retorquiu que em relação a este assunto, só queria salientar duas coisas, falso é ele ter dito que aquilo que os dois Presidentes de Junta disseram é falso, ele disse ter dito uma coisa totalmente diferente, ele referiu ter dito aquilo que lhe foi transmitido pelo na altura gestor das Estradas de Portugal, que disse nunca ter informado que a Estrada esteve adjudicada ou consignada, essa foi a informação que ele lhe deu e depois, gentilmente, colocou-o em contacto com o atual gestor das Estradas de Portugal, senhor Engenheiro Luís Pinelo, por isso voltou a salientar que ele nunca disse que o que tinha sido transmitido na comunicação social tinha sido falso, ele sim é que disse que a informação que tinha sido colocada na informação social era falsa, o que é totalmente diferente, pois ele não esteve presente à reunião pelo que disse que não pode duvidar da palavra do senhor João Diniz e do senhor Presidente da Junta de Santo Agostinho, assim como não pode duvidar da do senhor Engenheiro. O que sabe é que não foi encontrado qualquer ofício com a informação do início da obra da Estrada e além disso como está à vista de todos, a Estrada continua a deteriorar-se cada vez mais.----------
---------O senhor João Diniz disse que há uma questão que quer deixar no ar, pois quando as questões se põem nestes moldes, um fulano diz que ouviu e o outro diz que não disse, só espera que um dia seja possível juntarem-se os três ou os quatro envolvidos, olhando olhos nos olhos para se ver quem fala verdade e que não fala, e pediu para ser transcrito na ata, tal e qual como ele diz, o senhor Engenheiro Luís Melo garantiu-lhes a ele e ao Presidente da Junta de Santo Agostinho, que a obra tinha sido adjudicada no dia 5 de maio, estavam sentados a uma mesa, levantou-se para ir ao computador ver qual era a data exata e depois voltou dizendo que, sim foi 5 de maio e que iria ser consignada no dia tal, mas a consignação surge depois, agora a adjudicação já tinha sido feita e se ele disse que tinha sido adjudicada nesse dia e não foi, então ele é mentiroso e ele apesar de o conhecer há muitos anos, disse ser capaz de lhe chamar mentiroso na cara, no entanto o que se encontra escrito na ata é: segundo eles apenas lá apareceram os Presidentes das Juntas de Freguesia e tinha sido completamente falso que a Estrada tivesse ficado adjudicada, nunca andaram à procura de casa, disse também não ser verdade pois sabe que andaram, mas pronto não é por aí, o que interessa é que a Estrada seja construída, agora o que se põe em causa é a hombridade das pessoas e que o Engenheiro lhe disse isso a ele, afirma que o disse e com uma testemunha que foi o Presidente da Junta de Santo Agostinho.----------
---------O senhor Presidente da Junta quis referir mais uma vez que não pode nem tem motivos para duvidar nem da palavra do senhor Engenheiro

Luís Melo nem da palavra do senhor João Diniz e do senhor Presidente da Junta de Santo Agostinho, e que o senhor João Diniz tem razão numa coisa, o senhor Presidente da Junta não pode duvidar mas também não pode estar a acusar que a outra pessoa é falsa, que o que foi falado na reunião está dito, o que foi referido na Assembleia Municipal é outro assunto que ele como não esteve presente não teve conhecimento, por isso para ele apenas se pode responsabilizar pelas suas palavras, ele trouxe à Assembleia uma situação que é do interesse da população, que aquilo que foi dito e o que foi feito seja por quem tenha sido aquilo que ele pode dizer é que a Estrada continua na mesma em que estava, em junho, em agosto, etc., agora sobre quem fala a verdade não lhe cabe a ele estar a julgar aquilo que as pessoas dizem, nem no que toca aos membros da Assembleia de Freguesia nem no que toca ao responsável pela Estradas de Portugal.----------

---------O senhor João Diniz voltou a referir que aquilo que o senhor Diretor de Estradas lhe disse a ele foi exatamente o mesmo que disse também ao senhor Presidente da Câmara, o que o senhor Presidente da Câmara confirmou e se encontra registado em ata da Assembleia Municipal.----------

---------A senhora Presidente da Assembleia disse que se o senhor Presidente da Câmara na altura, confirmou tudo, não existem motivos para se duvidar, por isso refere que quando acontecem situações deste tipo, deve ficar tudo reg[illegible] que não estava a duvidar e que o assunto é do [illegible]o desta Junta como o foi da Junta anterior, que [illegible]lou sobre o assunto e que não põe a palavra do se[illegible]a.----------

---------O sen[illegible]liu para dizer sobre este assunto, que, segundo crê, [illegible] Freguesia uma reunião com o atual Diretor de E[illegible]cimento porque o senhor Diretor de Estradas informou através de e-mail o senhor Presidente da União das Freguesias da reunião de que se tinha realizado aqui a reunião, tendo-o informado também por escrito que a obra iria ser iniciada em março após o que o senhor Álvaro Azedo fez uma nota à imprensa, no entanto disse que vamos ver se terão mesmo início em março, pois o novo Diretor tem estado a pôr em causa o que o Diretor anterior, o Engenheiro Luís Melo disse anteriormente e se não forem iniciadas em março vamos ver o que irá acontecer a seguir, pois aí será a palavra dele que vai começar a ficar em causa, mas só mais uma questão que tem a ver com o que disse a senhora Presidente da Assembleia, a propósito de ficar por escrito, perguntou se ficou alguma coisa por escrito no que toca à reunião realizada recentemente com a Estradas de Portugal e em caso afirmativo disse que gostava de ter conhecimento disso pois a Assembleia tem esse direito, ou uma ata da reunião ou um compromisso do Diretor de Estradas onde se diga que a Estrada vai começar em março, pois é exatamente a mesma situação que a

verificada com a primeira reunião.----------
---------O senhor Presidente da Junta disse que a referida reunião com o representante da Estradas de Portugal teve lugar na sede da Junta, onde ele lhes mostrou o documento tendo ficado de enviar para a Câmara Municipal um ofício informando da data de início da obra da Estrada, ou seja, um compromisso escrito, daí a ter formulado a pergunta de se no anterior compromisso tinha ficado algum ofício, agora ele comprometeu-se a enviar a documentação que lhes mostrou, no entanto, disse só acreditar que a obra terá início quando começar a ver as máquinas no local, ele garantiu e mostrou os documentos, aliás, inclusivamente disse que iriam ser feitas algumas obras de arte no concelho de Moura, e referiu que por obras de arte se entendem as pontes e aquedutos.----------
---------O senhor João Diniz disse que só queria dizer que o compromisso já existe pois ele enviou um e-mail para o Presidente da União das Freguesias de Moura informando que a obra iria começar em março, caso não envie para a Câmara já existe um documento que ele enviou para ali por ter sido questionado por causa disso, pois há mais de um mês que lhe tinha sido pedida uma reunião e agora já há algo escrito, o e-mail é também uma prova do que disse, relativamente ao que o senhor Presidente referiu que só acredita quando vir lá as máquinas, ele disse que também andou dez ou doze anos a ouvir as pessoas dizerem que só acreditavam que a obra da Ribeira se fizesse quando vissem lá as máquinas, no entanto ela está quase concluída, aqui também acredita que se vai assistir à mesma situação, vai levar algum tempo mas vai ser feita e se calhar até será em março e se tal acontecer ainda bem e estaremos todos de parabéns.----------
---------O senhor Presidente da Junta informou que em relação a este assunto, a Câmara solicitou um documento um pouco mais oficial que um e-mail, aproveitou para deixar um agradecimento à Câmara Municipal pela obra da Ribeira que se encontra quase concluída apesar das muitas dificuldades e com muito esforço conseguiu, relativamente à Estradas de Portugal e à Estrada que liga o Sobral a Moura, mais uma vez afirmou não ter motivo para duvidar do atual Gestor do nosso Distrito e depois de ter visto o documento disse que também acredita, no entanto está aqui para ver.----------
---------O senhor Presidente da Junta deu conhecimento que o Executivo da Junta de Freguesia foi convidado para as comemorações do 1.º de Dezembro em Santo Aleixo da Restauração, nas quais estive ele presente mais a Secretária da Junta, D. Cristina Valente, realizou-se a reunião com a Estradas de Portugal, o senhor Presidente do Executivo participou no Colóquio da Associação Nacional de Municípios Portugueses em Santarém no CNEMA, O Executivo reuniu com as várias Associações existentes no Sobral e também com a Paróquia, participaram numa atividade da Câmara denominada "Câmara Aberta – Em Defesa da Nossa Terra", e participaram

no Jantar de Natal com os funcionários por forma a promover as relações interpessoais e para poderem conviver num ambiente extra trabalho, o que acharam ser um bom motivo para confraternização.----------

---------**2 – Apreciação e aprovação do Regimento da Assembleia de Freguesia para o quadriénio de 2014-2017**;----------

---------A senhora Presidente perguntou se alguém pretendia intervir, tendo o senhor João Diniz dito que normalmente quando se revê o Regimento da Assembleia, costuma-se fazer uma reunião no caso de existir disponibilidade por parte dos diferentes grupos políticos que constituem a Assembleia, no caso presente tal não se verificou mas a grande maioria daquilo que se encontra na proposta de Regimento decorre da lei, questionou por quem foi elaborado o documento, se pela Mesa da Assembleia ou pelos Serviços Administrativos, pois tem uma dúvida que tem precisamente a ver com a inclusão de novos pontos na Ordem de Trabalhos, no tocante à Assembleia Municipal é necessário e decorre da Lei que a inclusão seja aprovada por dois terços dos membros da Assembleia, o que significa que a inclusão de um ponto na Ordem de Trabalhos, se a bancada do PS votasse contra não era admitida e referiu que não via qualquer referência a essa situação na presente proposta de Regimento, mas confessa não ter tido tempo de olhar para ele com olhos de ver, mas era apenas um esclarecimento que queria pedir, achando que não é assim tão importante e disse que pensava que se poderia passar à votação.--

---------A senhora Presidente da Assembleia perguntou se alguém tinha mais alguma coisa a dizer e como mais ninguém quis intervir passou à votação.----------

---------VOTOS A FAVOR – SETE.----------

---------VOTOS CONTRA – ZERO.----------

---------ABSTENÇÕES – ZERO.----------

---------DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR O REGIMENTO DA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA PARA O QUADRIÉNIO DE 2014-2017.----------

-------**3 - APRECIAÇÃO E APROVAÇÃO DO ORÇAMENTO PARA O ANO DE 2014**----------

---------A senhora Presidente da Assembleia questionou os presentes se alguém queria intervir, tendo o senhor João Diniz usado da palavra para dizer que o Orçamento, as Grandes Opções do Plano e o PPI estão todos relacionados e vão dar lugar a três votações, achando que a discussão poderia ser feita na globalidade. Esteve a ler a introdução e disse que houve o cuidado de transpor para ali grande parte daquilo que era o projeto eleitoral da CDU para a Freguesia, havendo alguns esclarecimentos que gostaria, se possível, lhe fossem feitos, referindo a propósito, que no PPI, verbas destinadas a Instalações Desportivas e Recreativas dois mil e quinhentos euros, a Casa Mortuária, que segundo crê será obra para

concluir, Requalificação de Bens do Património Histórico Artístico e Cultural dois mil e quinhentos euros, Outras Construções cinco mil euros, Parques e Jardins, e, pensa que estará ali incluído o Parque Infantil, Viação Rural. Colocou uma questão que considerou muito importante, no que se refere a Requalificação de Bens do Património Histórico Artístico e Cultural, se a Junta está a pensar fazer alguma intervenção no que toca à Ermida da Coroada.----------

---------O senhor Presidente da Junta disse que esta rúbrica foi precisamente aberta para se fazer uma candidatura ao Novo Quadro e tentarem fazer a requalificação de uma Ermida que consideram de extrema importância, não só para a Freguesia, mas também a nível nacional, referindo que teve uma reunião com o senhor Dr. Falcão, o responsável pela Diocese de Beja, que se mostrou extremamente interessado, uma reunião que não foi propriamente do âmbito da Junta de Freguesia, mas na qual se abordou esta temática devido a algumas questões colocadas e eles encontram-se abertos a colaborar, pelo que disse julgar que uma intervenção tripartida, ou seja, entre a Junta de Freguesia, a Diocese e talvez uma candidatura a um Programa dos Quadros, se possa fazer a requalificação, no entanto é necessário pedir orçamentos, pois como se deve calcular, uma intervenção na Ermida requer também que o IGESPAR faça algumas anotações e autorize, pois não se podem fazer intervenções sem autorização desta entidade, visto ser um monumento.----------

---------O senhor João Diniz disse que relativamente a esse assunto só queria dizer que a intervenção do IGESPAR neste momento não pode ser significativa pois a Ermida não é monumento nacional, é propriedade de particulares, e, neste momento o que há ali a fazer é recuperar a cobertura antes que caia e a candidatura a Fundos Comunitários ou outros, só podem levar a que se a intervenção se atrasar, ela caia, deixando de haver hipóteses de recuperação, se o senhor Presidente falou com o Dr. Falcão, não sabe se falaram dos contactos anteriores que já tinha havido com o Executivo anterior, da eventualidade de alguém ir ali realizar uma intervenção e o proprietário tentar impedir alegando que aquilo lhe pertence, que o Dr. Falcão, o responsável pelo património da Diocese de Beja, lhe disse na altura a ele que se começassem a recuperar a cobertura e alguém aparecesse dizendo que não tinham nada que mexer ali porque não lhe pertence, pois tem dono, são dois irmãos que são donos da propriedade, a resposta seria que quem solicitou a intervenção foi a Diocese tendo-se responsabilizado por responder por isso. Disse que pensa seria necessário fazer já, assim que passasse o Inverno, uma intervenção na cobertura para evitar que caia, no que toca a recuperação de pinturas poderia ficar para mais tarde, pois se cair deixa de ser necessário recuperar as pinturas. Disse ainda que se realmente existe a preocupação de a Junta e em colaboração com outras entidades locais e não com uma candidatura a Fundos

Comunitários, pois a Igreja de S. Pedro foi recuperada em colaboração com as Comissões de Festas e a Junta de Freguesia, e ela está lá e se essa intervenção não se tivesse verificado já teria caído, mas não caiu e já não vai cair, pelo que pensa que na Coroada se poderia fazer algo semelhante para obstar a que esta caia, correndo neste momento sérios riscos de cair, se realmente houver uma intenção objetiva da Junta de Freguesia fazer ali uma intervenção para impedir a sua queda, a bancada do PS está disponível para votar favoravelmente o Orçamento, As Grandes Opções do Plano e o PPI, era isso que gostava de ouvir do senho Presidente.----------

---------O senhor Presidente da Junta disse que como é lógico, a Junta de Freguesia está sempre disponível para melhorar tudo que a nossa Freguesia tem, que nem poderia ser de outra forma senão não se teriam candidatado nas passadas eleições, se pensassem que as coisas estavam bem e que não poderiam fazer melhor, tinham ficado em casa, em segundo lugar quis referir que estão a pensar se lhes for permitido, fazerem desde já, assim que o tempo o permita, a requalificação da cobertura, mas pretendendo fazer a requalificação da Ermida de uma forma mais coerente com aquilo que ela significa, não querem de forma alguma, sem conhecimentos, colocar ali um chão ou soalho ou umas pinturas que comprometam aquilo que foi a Ermida, daí uma possível candidatura, numa possível fase posterior fazerem-se as coisas com algum tempo, no entanto, sempre salvaguardando que esta não caia pois se a deixarmos cair já não se poderá recuperar nada, mas seria muito bom para todos que essa recuperação tivesse coerência e lógica, não se vai recuperar por recuperar, pois se vão colocar uma janela de hoje não tem nada a ver com o que era aquela Ermida, daí que quando falou em candidaturas e em parcerias, por exemplo não pode solicitar que alguém ofereça um chão ou qualquer outro material porque tem a certeza de que aqui não é fácil de encontrar nas empresas locais materiais adequados para ali sem ser a nível da cobertura, matérias lógicos.----------

---------O senhor João Diniz disse que se estava a falar da cobertura não do piso, mas que o piso é de baldosas, e se estas forem necessárias que se arranjam com facilidade baldosas velhas iguais às que lá estão colocadas. Perguntou muito objetivamente ao senhor Presidente do Executivo se a Junta vai ou não recuperar a cobertura da Ermida.----------

---------O senhor Presidente da Junta disse que pensa ter deixado bem claro que iriam fazer todos os possíveis para que fosse feita essa intervenção, pois caso não tencionassem fazê-lo, não constaria nos documentos em discussão, considerando ser mais do que lógico, se a resposta pretendida para que conste em ata é sim, a Junta vai fazer todos os possíveis para que tal aconteça.----------

---------O senhor João Diniz disse que assim sendo há um compromisso por parte da Junta em recuperar a cobertura com telhas iguais às que lá se encontram, disse pensar que os colegas de bancada estarão de acordo com

ele, havendo esse compromisso, a bancada do PS vota a favor o Orçamento, As Grandes Opções do Plano e o PPI.----------
---------O senhor Presidente da Junta voltou a referir que a Junta se comprometia em fazer todos os possíveis para que a cobertura vá de encontro ao que é o edifício, para que não possa existir distorção nas palavras. Disse que a Ermida não ficou degradada há um mês e questionou o senhor João Diniz porque é que não foi arranjada nos últimos vinte e quatro anos----------
---------O senhor João Diniz disse que respondia pelos últimos oito anos, mas que o senhor Presidente da Junta sabe tão bem como ele que a última candidatura que foi feita ao CEI/Património tinha precisamente o objetivo da recuperação da Ermida da Coroada, se teve ocasião de ler o fundamento da candidatura era esse exatamente, e, antes desta, a Junta colaborou com as Comissões de Festas na recuperação da Igreja de S. Pedro, encontrando-se a Comissão de Festas atual, da qual faz parte, disponível para colaborar em tentar dar um jeito na cobertura sem necessitar de tanta burocracia, autorizações e candidaturas pois é urgente que o telhado seja arranjado para a Ermida não cair, pois as paredes são de taipa e cada vez se deteriora mais, hoje encontra-se mais deteriorada do que há vinte e quatro anos, pois encontrava-se fechada, tinha uma porta, tinha capitéis em pedra que já foram roubados, sepulturas que foram partidas e disse que tem que haver uma altura para tudo, quando houver alguma disponibilidade, a vida do Sobral da Adiça não depende da Ermida da Coroada mas é uma coisa que está ali e que acha que se devia preservar.----------
---------O senhor Presidente da Junta disse que se o senhor João Diniz acha, e acha bem, e só queria referir que a Ermida há oito anos atrás estaria muito pouco melhor do que aquilo que está hoje, querendo salientar que teve o cuidado de tal como todos os outros documentos, que sempre que tem tempo vai consultando, embora haja alguns mais prioritários que outros, e esse foi um deles, pois quando viu a candidatura verificou que tinha sido para esse fim, mas quis deixar bem claro que nunca viu ninguém lá, viu pessoas a requalificar os casões da Junta para a Cruz Vermelha, viu pessoas a construir duas paredes na Casa Mortuária, mas não viu mais que isso, não tem conhecimento de que tenha sido feita alguma intervenção.----------
---------A senhora Presidente da Assembleia perguntou se alguém queria dizer mais alguma coisa e como isso não aconteceu passou à votação.-------
---------VOTOS A FAVOR – SETE.----------
---------VOTOS CONTRA – ZERO.----------
---------ABSTENÇÕES – ZERO.----------
---------DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR O ORÇAMENTO PARA O ANO DE 2014.----------
---------**4 – Apreciação e Aprovação das Grandes Opções do Plano para o ano de 2014**----------

---------Como a discussão do Orçamento, das Grandes Opções do Plano e do PPI já tinha sido feita, a senhora Presidente pôs à votação este ponto.----
---------VOTOS A FAVOR – SETE.----------
---------VOTOS CONTRA – ZERO.----------
---------ABSTENÇÕES – ZERO.----------
---------DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR AS GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA O ANO DE 2014.----------
---------**5 – Apreciação e Aprovação do Plano Plurianual de Investimentos para 2014-2017**----------
---------VOTOS A FAVOR – SETE.----------
---------VOTOS CONTRA – ZERO.----------
---------ABSTENÇÕES – ZERO.----------
---------DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR O PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS PARA 2014-2017.----------
---------**6 – Mapa de Pessoal para o ano de 2014** ----------
---------Como ninguém quis intervir sobre este ponto, a senhora Presidente da Assembleia colocou o mesmo a votação.----------
---------VOTOS A FAVOR – SETE.----------
---------VOTOS CONTRA – ZERO.----------
---------ABSTENÇÕES – ZERO.----------
---------DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR O MAPA DE PESSOAL PARA O ANO DE 2014.----------
---------**7 - Apreciação e Aprovação para a Inscrição na ANAFRE**--------
---------O senhor João Diniz disse que a Junta de Freguesia era sócia da ANAFRE, tendo ele inclusivamente pertencido aos Corpos Sociais da Delegação Distrital durante mais que um mandato, não sabe se a inscrição já perdeu a validade por falta de pagamento de quotas durante dois ou três anos, mas quis esclarecer que a Junta de Freguesia deixou de pagar as quotas da ANAFRE a partir da altura em que esta celebrou um protocolo com a Administração dos CTT, em que previa que as Juntas de Freguesia iriam aceitar receber as Estações de Correios que iriam ser encerradas uma vez e outra, sem consultar as Juntas de Freguesia, tendo sido em sinal de protesto por esta decisão daquela Direção que a Junta de Freguesia deixou de pagar as quotas, informando que ainda mantém a mesma posição relativamente a esse assunto, pois a ANAFRE nunca deveria ter celebrado contrato com a Administração dos CTT, o que levou ao encerramento das Estações dos Correios sem consultar as Juntas de Freguesia, e, se é verdade que hoje a Estação dos Correios do Sobral está instalada na Junta de Freguesia, também é verdade que a Junta resistiu durante dezasseis ou dezoito anos a receber a Estação de Correios e só se acabou por se receber para não se chegar ao ponto a que se chegou noutras Freguesias à volta, em que as Estações foram encerradas e entregues a particulares, a Junta foi sempre a favor de que a Estação dos Correios se devia manter aberta, mas

quando se chegou ao ponto em que foi dito à Junta que ou a recebia ou ela encerrava e ia para um particular, pensa que a Junta teve o bom senso de a receber, pois as pessoas ficaram melhor assim do que estavam antes e daí o facto de a partir de determinada altura a Junta de Freguesia do Sobral ter deixado de pagar as quotas da ANAFRE, como sinal de protesto por essa decisão que a sua Direção teve sem consultar as suas associadas como deveria ter feito, agora se fica mais barato a Junta voltar-se a inscrever na ANAFRE que pagar as quotas atrasadas de três ou quatro ou cinco anos, tudo bem, a posição da bancada do PS é a de que a Junta de Freguesia se torne associada novamente, mas ressalvando sempre que a Direção da ANAFRE não deve tomar posições sem consultar as suas associadas.--------

---------O senhor Presidente da Junta disse sobre este ponto que não sabe também há quanto não se pagam as quotas, desconhece, no entanto, em contacto com a ANAFRE foi dito que não é necessário pagar quotas em atraso, basta conseguir a aprovação da Assembleia para que a Junta possa voltar a ser sócia, no entanto não sabe se há dezoito anos foi uma proposta dos CTT, ou foi celebrada alguma coisa há dezoito anos atrás, sabe só eu a Estação dos Correios se encontra atualmente na Junta, tendo o Executivo achado por bem voltar a associar-se à ANAFRE.----------

---------A senhora Presidente da Assembleia perguntou se alguém tinha mais alguma coisa a dizer e como mais ninguém quis intervir passou à votação.----------

---------VOTOS A FAVOR – SETE.----------

---------VOTOS CONTRA – ZERO.----------

---------ABSTENÇÕES – ZERO.----------

---------DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR A INSCRIÇÃO DA JUNTA DE FREGUESIA NA ANAFRE.----------

---------**8 – Toponímia** ----------

---------A D. Ana Maria Pinto questionou relativamente à carta chegada à Presidente da Assembleia de Freguesia, que tem data de 7 de junho de 2013, respeitante a "Pedido de Sinalização de Estacionamento Proibido", porque é que este assunto não foi resolvido na reunião da Assembleia de Freguesia, de 26 de setembro de 2013.----------

---------O senhor Francisco Martins respondeu que nessa data, essa carta foi posta na Assembleia como está sendo agora, pois não deveria ter sido entregue nesta Assembleia este documento mas sim um novo com pelo menos a alteração da data e que se alguém for ver a atas anteriores se encontra este ponto já discutido.----------

---------O senhor João Diniz disse que esta carta de junho de 2013, foi endereçada ao Presidente da Assembleia de Freguesia de Sobral da Adiça, por causa de uma questão relacionada com o pedido da colocação de sinais de estacionamento proibido, mas tanto quanto lhe parece, este tipo de pedido ou outros quaisquer, deveria ter sido enviado à Junta de Freguesia, a

Junta analisava a situação e faria uma proposta à Assembleia e esta pronunciava-se a favor ou contra a proposta que lhe fosse apresentada, tão simples como isto, disse que lhe parecia uma questão pacífica, pois a Assembleia não se tem que pronunciar sobre uma carta enviada por um munícipe e além disso consta no Regimento da Assembleia que quem pode apresentar propostas à Assembleia é a Junta de Freguesia, referiu que o ponto tem a denominação de "Toponímia", o que não corresponde ao assunto a tratar, deveria ter sido "Alteração à Postura de Trânsito", mas que se encontra disponível para discutir a situação caso surja uma proposta nesse sentido, o pedido diz que a moradora se vê privada do acesso ao seu quintal com as suas viaturas, mas, o Código da Estrada diz que ninguém pode estacionar os carros, impedindo o acesso às propriedades seja de quem for, pelo que não é necessária a existência de nenhum sinal para dizer que o estacionamento naquele local é proibido, num rua estreita ninguém lá pode estacionar uma vez que impede a passagem de outra viatura.----------

---------O senhor Presidente da Junta disse que a carta não foi remetida à Junta de Freguesia mas sim à Assembleia, como é lógico a Junta só se pronuncia sobre as cartas e assuntos que lhe são remetidos, relativamente à denominação na Ordem de Trabalhos, é verdade que deveria estar "Alteração à Postura de Trânsito" mas considerou não ser uma questão importante. No que toca à situação disse concordar que não se pode proibir a ninguém o acesso e que se a situação for encaminhada para a Junta de Freguesia, e, aí, poderá ser estudada a situação e apresentar uma proposta.-

---------O senhor João Dinis disse que pensa que a questão formal é essa, alguém que se sente prejudicado queixa-se à Junta, a qual tenta resolver a situação, se não a quiser resolver por si porque as questões de trânsito têm que passar pela Assembleia de Freguesia, posteriormente pela Câmara, Assembleia Municipal e Comissão de Trânsito, questionou como é que tinha aparecido na Ordem de Trabalhos da Assembleia, se foi a Junta que pediu que fosse incluído.----------

---------O senhor Presidente da Junta disse que visto o executivo ter sido solicitado, achou por bom senso trazer o assunto ao conhecimento da Assembleia para ser discutido, embora tenha voltado a frisar que o Executivo não se expressa sobre assuntos que não lhe são dirigidos, no caso de ser remetido à Junta, será remetido posteriormente para a Comissão de Trânsito para que esta se pronuncie, pois disse não ter conhecimentos técnicos de trânsito, apenas os conhecimentos comuns.----------

---------O senhor Francisco Martins disse que minimamente deveria ter sido mudada a data da carta, e, referiu que ainda recorda as palavras que disse na reunião da Assembleia relativamente a isso, não é à Assembleia que compete, é de outros organismos a competência para se pronunciarem se a viatura está ou não bem estacionada, no entanto a Junta poderá propor uma alteração à Postura de Trânsito, mas isso já depende desta.----------

---------O senhor Presidente da Junta referiu reforçando o que disse o senhor Francisco Martins, que é uma situação que não compete à Junta resolver mas sim às autoridades, que é quem se deve pronunciar sobre estes casos, propôs que se fizesse uma informação à pessoa indicando-lhe como deverá proceder, e que seja retirado o ponto da Ordem de Trabalhos.--------
---------A senhora Presidente colocou a votação a proposta do senhor Presidente da Junta, de retirar este ponto da Ordem de Trabalhos e informar a munícipe de como deverá proceder.----------
---------VOTOS A FAVOR – SETE.----------
---------VOTOS CONTRA – ZERO.----------
---------ABSTENÇÕES – ZERO.----------
---------DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, RETIRAR DA ORDEM DE TRABALHOS O PONTO "8 - TOPONÍMIA" E INFORMAR A MUNICIPE DE COMO DEVERÁ PROCEDER.----------
---------**9 - Apreciação e Votação do Regulamento e Tabela Geral de Taxas da Freguesia de Sobral da Adiça**----------
---------A senhora Presidente da Assembleia perguntou se alguém se pretendia pronunciar sobre este ponto, tendo o senhor Presidente da Junta dito, que só queria salientar, que no presente documento não foram incluídas as taxas do Mercado porque se tem vindo a verificar que alguém que tenha alugado o espaço mensalmente paga dezassete euros e cinquenta cêntimos mais o consumo da energia elétrica, e uma pessoa que venha uma vez por semana paga a mesma importância por mês, tendo o Executivo achado por bem averiguar o porquê desta situação, já que se o Regulamento que se encontrava em vigor fosse cumprido, com uma loja de 12,32 m² iria ter que pagar mensalmente uma quantia de aproximadamente 55,32€, visto que isso não está a ser taxado dessa forma, a Junta está a tentar averiguar o porquê disto estar a acontecer, pretendendo após a resolução da situação fazer uma adenda ao Regulamento, propondo a inclusão das taxas a cobrar no Mercado.----------
---------O senhor João Diniz perguntou se o senhor Presidente da Junta estava a falar do aluguer das lojas, e disse que havia uma questão muito importante relativamente a isso, pois a pessoa que tem um talho ou uma loja abertos mensalmente, paga o valor de 17,50€ e o outro que abre uma vez por semana paga a mesma importância, mas ele não abre todos os dias porque não quer, porque a loja está reservada, existem no mercado lojas que abrem todos os dias mas por exemplo o talho se não abre todos os dias é porque não quer, ou seja, o aluguer da loja para a poder manter em reserva para ele, terá de pagar a mensalidade, a questão da luz é que tem menores custos porque só abre uma vez por semana, disse parecer-lhe que é uma situação lógica pois qualquer pessoa que tenha uma casa alugada, se dormir noutro lado e não dormir lá noite nenhuma, terá de pagar o aluguer como se lá dormisse.----------

---------O senhor Presidente da Junta disse concordar mas que então o aluguer terá de ser pago por inteiro, não terá de pagar apenas os 17,50€ quando deveria pagar os 55,00€, está-se portanto a incorrer em duas situações irregulares, o senhor do Talho deveria pagar 55,00€, assim como cada uma das duas lojas, pois apenas pagam 17,50€, disse que o Executivo está a tentar perceber o porquê, talvez possa ser por se ter achado que uma taxa de 55,00€ por mês, para uma pessoa que explora o bar todos os dias é muito, se for o caso, a Junta encontra-se disponível e acha que é bom as lojas encontrarem-se abertas, não se encontrando infelizmente todas, tendo no entanto de se perceber porque estão a ser taxadas de forma diferente e muito abaixo do valor, muito abaixo até da metade.----------
---------O senhor João Diniz acrescentou que muito abaixo do valor do Regulamento Municipal de Taxas e Licenças, referiu que a diferença tem a ver com o que se passa em relação às taxas de ocupação de terrenos para esplanadas, se se cobrasse no Sobral aquilo que o Regulamento Municipal diz em relação ao metro quadrado da ocupação de espaços para esplanadas, as esplanadas teriam que desaparecer, esta uma foi uma opção política da Junta de Freguesia, reduzir o valor das taxas desses casos, tão simples quanto isso e disse que estava cá para responder por isso, nunca se cobrou um metro quadrado de aluguer pela ocupação de terrenos para ocupação de esplanadas, senão elas que já são poucas, se se lhes vai cobrar dinheiro e ainda por cima andar a medir ao milímetro desapareciam, foi uma opção do anterior Executivo e voltou a frisar que este responde por ela por reduzir esses valores, tanto de esplanadas como de ocupação de mercados, o que não acontece só no Sobral, acontece em outras freguesias, se falarem com os feirantes que vão à Amareleja, a Safara e outras, se calhar os preços mais altos praticados são os do Sobral.----------
---------O senhor Presidente da Junta disse que o Regulamento só o que diz é que se cobra 1,44€ de taxa administrativa e acresce por m² de loja e por mês 4,49€, disse que apenas queriam tentar perceber se foi uma opção política não se cobrar este valor, que queriam tentar perceber a lógica de se estar a cobrar apenas 17,50€ por mês, o que é mesmo muito abaixo dos 55,00€.----------
---------O senhor João Diniz disse que a lógica do anterior Executivo foi essa, no entanto se a Junta pretender agora levar a coisa na ponta da espada e cobrar aquilo que diz o Regulamento Municipal, tudo bem, disse que lhes conhecia legitimidade para tal.----------
---------O senhor Presidente da Junta referiu que a questão tinha que ser colocada e disse que o Executivo se considera esclarecido, que tinham de perceber pois não podiam apresentar uma proposta sem que soubessem aquilo que estavam a propor, poderiam estar a propor um valor muito acima daquilo que deveria ser taxado ou no caso presente muito abaixo.----
---------O senhor João Diniz perguntou se estes valores não estavam

integrados no Regulamento a votar.----------
---------O senhor Presidente da Junta respondeu que não.----------
---------O senhor João Diniz disse que tudo bem, virão depois alterados ou iguais, como o Executivo o entender.----------
---------O senhor Presidente da Junta ainda referiu que o Executivo não percebe, depois de efetuadas algumas contas, como se chegou a esse valor de 17,50 €, pois por exemplo se pudesse ter sido dito que se acabava por cobrar metade do valor por m² ter-se-ia chegado aos 27,00€ mais ou menos, assim não se compreende qual foi a fórmula ou se foi apenas uma opção política.----------
---------O senhor João Diniz disse que se chegou a esse valor porque, não sabe exatamente, que não consegue precisar, mas pensa que o valor anterior era de 10,00€, em seguida acha que aumentou para 12,50€ ou para 15,00€ e em seguida para 17,50€, referindo ainda que quem pagava a energia elétrica era a Junta, pelo que o Mercado eventualmente dava prejuízo e ainda continuará a dar, mas dava muito prejuízo porque não existiam contadores ao contrário daquilo que acontece com as outras Freguesias, em Safara e na Amareleja, cada loja tem um contador da EDP e a pessoa que lá está tem um contrato com a EDP, paga aluguer de contador e tudo o resto, aqui no Sobral foram instalados há cerca de três ou quatro anos contadores para que cada utilizador pagasse unicamente os kw que consome, o aluguer de contador é um só contador e é pago pela Junta, porque antes nem luz pagavam, apenas existia a taxa de 7,50€ ou 10,00€ que depois aumentou para 15,00€ e encontra-se atualmente nos 17,50€, a Junta agora proporá um outro valor ou seguirá exatamente os valores que estão no Regulamento Municipal arriscando-se nesse caso a que o Mercado fique deserto, que foi aquilo que A Junta anterior pretendeu evitar.----------
---------O senhor Presidente da Junta disse que por esse motivo é que não se avançou com valores, e que se o Executivo se encontra dentro da conjuntura económica e daquilo que poderá ser o valor de uma loja para aquele local, traz-se e cobra-se o que se encontra regulamentado referindo que não haverá grandes problemas quanto a isso, que foi só por isso que não avançaram com valores e que não querem com isso dizer que foi uma má opção política, pois se fosse possível ter todas as lojas ocupadas e a um preço mesmo mais baixo, seria ótimo, dava-se com isso vida ao Mercado e certamente o prejuízo para a Junta seria menor.----------
---------O senhor João Diniz disse que só queria colocar mais uma questão ao senhor Presidente da Junta, que logo no início este lhe fez um convite para a montaria, ele disse que queria perceber para que é o convite, se é para almoçar ou para ir à caça.----------
---------O senhor Presidente da Junta disse que tinha referido que o convite era destinado ao almoço das montarias.----------
---------O senhor João Diniz disse que há caçadores entre os membros da

Assembleia, logo o convite poderia ser extensivo.----------
---------O senhor Presidente da Junta respondeu que uma vez que estes são associados da Associação de Caçadores usufruem do direito à porta.---------
---------A senhora Presidente colocou a proposta a votação.----------
---------VOTOS A FAVOR – SETE.----------
---------VOTOS CONTRA – ZERO.----------
---------ABSTENÇÕES – ZERO.----------
---------**DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR O REGULAMENTO E TABELA DE TAXAS DA FEGUESIA DE SOBRAL DA ADIÇA.**----------
---------Não havendo mais assuntos a tratar a senhora Presidente perguntou ao público presente se pretendia intervir e como isso não aconteceu encerrou a sessão eram vinte e duas horas e vinte e nove minutos.----------
---------Para constar e devidos efeitos foi por mim, António José Machado Batista Limpo, funcionário da Junta de Freguesia de Sobral da Adiça, redigida a presente ata, sob a responsabilidade da Primeira Secretária e vai ser presente à sessão seguinte com vista à sua aprovação e assinatura pelo Presidente, pelos Secretários da Mesa da Assembleia e pelos restantes eleitos presentes que o desejarem.----------
---------Assembleia de Freguesia de Sobral da Adiça, aos vinte e sete de dezembro de 2013.----------